



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
GABINETE DO PREFEITO

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2020, DO TIPO "MENOR PREÇO GLOBAL", PROCESSO Nº 109/2020.

A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório, Sr. Prefeito Municipal, no exercício de suas atribuições legais, com respaldo legal no **artigo 49, caput, da Lei Federal nº 8.666/93** e ulteriores alterações, **REVOGA** a licitação modalidade **Tomada de Preços nº 14/2020, do Tipo "Menor Preço Global"**, que tem por objeto a **Contratação de Empresa Especializada em Engenharia Civil, devidamente cadastrada no CREA, incluindo Profissionais Habilitados, para Execução de Reconstrução da Ponte na Estrada Vicinal BBD 154 confluência com a Estrada Vicinal BBD 437, Área Rural, neste Município de Bebedouro/SP.**, com recursos financeiros oriundos de **CONVÊNIO** a ser celebrado entre a **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, representado pela **SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SEDEC**, e o **MUNICÍPIO DE BEBEDOURO**, com contrapartida do **MUNICÍPIO**, **Processo nº 59053.003471/2020-59**, incluindo: **material, mão-de-obra, equipamentos, transportes, ferramentas, encargos e leis sociais, enfim tudo às expensas da contratada, sob o Regime de Execução Indireta de Empreitada por Preço Unitário**, com fundamento nas razões apresentadas no **Ofício nº OF/DMO/290/2021/LAS** do **Departamento Municipal de Obras**, bem como no **parecer jurídico** emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura, a seguir transcritos:

"(...) O Ministério de Desenvolvimento Regional, por intermédio do Departamento de Articulação e Gestão da Secretária Nacional de Proteção e Defesa Civil emitiu nota de empenho em 14 de abril de 2020 no valor de R\$ 373.100,00, afim de que o município pudesse com o recurso a ser repassado à execução de Reconstrução da Ponte na Estrada Vicinal BBD 154, confluência com a Estrada Vicinal BBD 437.

Diante disto, este Departamento de Engenharia e Obras/Convênios iniciou o processo de execução de projeto de engenharia que atendesse as necessidades do local, com orçamento estimado em R\$ 527.696,06, ou seja, com valor de contrapartida na ordem de R\$ 154.596,06 (29,30%). (Incluso no certame licitatório)

Concluído o certame licitatório (Edital nº 75/2020, Processo nº 109/2020, Tomada de Preço nº 14/2020) a empresa licitante Zênite Engenharia de Construções LTDA - EPP impugnou o referido certame em função de que o tipo de fundação apresentado não atenderia a situação "in loco" do solo apontados pelas sondagens (Ofício 334/2020, Protocolo E-10852/2020, cópia apensa).

Este Departamento de Engenharia e Obras/Convênios, diante dessa situação, resolveu pela solicitação de suspensão por tempo indeterminado, com intuito de melhor análise técnica das razões apresentadas pela impugnante (Ofício 450/2020, Protocolo E-10895/2020, cópia apensa).

Diante de todo relato acima exposto, fora enviado ao Departamento de Articulação e Gestão do Ministério de Desenvolvimento Regional, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, ofício com cópias de publicações do certame licitatório, bem como Ata Circunstanciada de Deliberação da Comissão Municipal de Licitação, acatando a solicitação de suspensão do referido certame; bem como solicitação de prorrogação do prazo de disponibilização dos recursos por 90 dias. (Ofício 003/2021, AR DY833684083BR, cópias apensas).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

GABINETE DO PREFEITO

Não tendo o Ministério de Desenvolvimento Regional, através do Departamento de Articulação e Gestão da Secretária Nacional de Proteção e Defesa Civil se manifestado a respeito da necessidade do município em prazo maior para recebimento dos recursos financeiros; lapso temporal que inviabiliza financeiramente a execução atual do objeto, sugere este Departamento de Engenharia e Obras/Convênios que autoridade máxima deste município revogue a licitação em questão, haja visto os recursos não terem sido disponibilizados até a presente data. (Nos termos do Art. 49 da Lei nº 8666/93). (...)”.

“(...) Trata-se o presente de um pedido de parecer jurídico sobre o requerimento do Sr. Wagner Silveira, servidor integrante do Departamento Municipal de Obras, que diante da justificativa que traz à baila, solicita a regovação da Tomada de Preços nº 14/2020.

Antes de adentrar no cerne da questão ora proposta, teceremos algumas considerações.

É preciso saber que na função administrativa, o Poder Público estabelece diversas relações jurídicas com os particulares, além de criar vínculos especiais de colaboração intergovernamental. Sempre que tais conexões subjetivas tiverem natureza contratual e forem submetidas aos princípios e normas do Direito Administrativo, estaremos diante de contratos administrativos.

Aludidos contratos em regra são celebrados mediante prévia licitação, exceto nos casos de contratação direta previstos na legislação.

*Ocorre que, após a definição da ordem classificatória, os autos sobem para a autoridade superior, que procederá à avaliação de todo o procedimento em busca de eventuais irregularidades. Se houver algum vício, a autoridade superior pode anular o certame ou, preferencialmente, somente os atos prejudicados pelo defeito, preservando os demais. (MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014, pag. 418).*

Além disso, a licitação pode ser regovada na hipótese da ocorrência de causas supervenientes que torne ela contrária ao interesse público.

Em relação a revogação e anulação da licitação, prescreve o art. 49 da Lei nº 8.666/93, que a autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá regovar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

No caso em apreço, o certame licitatório foi devidamente concluído, porém, a empresa licitante Zênite Engenharia de Construções LTDA - EPP impugnou o referido procedimento licitatório alegando que para a realização da obra o tipo de “fundação” apresentado pela Administração não era o mesmo verificado in loco quando das sondagens realizadas.

Em razão de tal episódio o Departamento de Convênios tomou as medidas cabíveis para análise, contato com a entidade responsável pelo repasse de recursos, bem como solicitação de prorrogação da disponibilização destes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
GABINETE DO PREFEITO

Tais medidas não foram frutíferas, ensejando a contaminação da regular marcha processual licitatória, cominando com a inviabilidade financeira da execução do objeto licitado.

Desta forma, pautada na justificativa apresentada pelo Sr. Wagner Silveira, servidor integrante do Departamento Municipal de Obras, a Administração pode revogar por conveniência e oportunidade a aludida licitação justificando citada revogação nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/1993.

Vale por fim frisar, que num procedimento licitatório deve ser também levado em consideração a idéia irradiada no Princípio da Finalidade, o qual obriga o gestor a inclinar-se pelo interesse público, impedido de realizar obras, compras, serviços e outras atividades que serão da sua própria conveniência.

*E nessa toada é preciso mencionar que embora o princípio da supremacia do interesse público favoreça a Administração com um patamar de superioridade em face dos administrados, também lhe exige maiores cuidados e obediência a inúmeras formalidades, tendo em vista que essa atuação deve ocorrer com limites da lei, não podendo esse interesse ser livremente disposto pelo administrador. (MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. 8ª ed. rev. ampl. atual. Niterói: Impetus, 2014, pag. 28).*

*Por todo o exposto, e tendo em vista as ponderações oportunamente trazidas à baila, OPINO pelo **DEFERIMENTO** da solicitação do Sr. Wagner Silveira, servidor integrante do Departamento Municipal de Obras, nos exatos termos da fundamentação acima. (...).*

Publique-se essa decisão na Imprensa Oficial, Diário Oficial do Estado São Paulo e na Imprensa Oficial Eletrônica do Município de Bebedouro-SP. e disponibilize no site oficial do município: www.bebedouro.sp.gov.br, bem como **notifique-se** as empresas licitantes participantes na Licitação em referência, **concedendo** às mesmas, **a partir da data da publicação do extrato de revogação da licitação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, prazo legal de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos**, nos termos e em cumprimento ao disposto no **artigo 109, inciso I, letra “c”, da Lei Federal nº 8.666/93** e ulteriores alterações.

Outrossim, em cumprimento ao disposto no **§ 5º**, do **artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/93** e ulteriores alterações, **coloque-se** os autos do **processo licitatório** com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura, situado à Praça José Stamato Sobrinho nº 45, Centro, nesta cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Bebedouro/SP., 27 de dezembro de 2021.

LUCAS GIBIN SEREN
PREFEITO MUNICIPAL